



## **Golpes aplicados nas empresas por quadrilhas de estelionatários**

Em nossa atuação diária, temos nos deparado, cada vez com maior frequência, com situações nos quais nossos clientes se vêem subitamente envolvidos e em face das quais, manifestam dúvidas acerca de como devem proceder.

As situações a que nos referimos dizem respeito às tentativas de golpes que alguns vigaristas, munidos de algumas informações obtidas, procuram aplicar nas empresas, quando praticam o delito previsto no artigo 171 do Código Penal (Estelionato).

As situações são as mais variadas possíveis, porém, dois golpes específicos vêm nos sendo reportados com maior frequência de tempos para cá:

São eles:

### **a) O golpe do falso protesto:**

Nesta modalidade, algumas quadrilhas de estelionatários fazem contato com a empresa, através de telefone; email ou fax; e se passam por funcionários de Cartórios de Protesto.

Basicamente, esta fraude consiste em se realizar uma série de contatos telefônicos informando que existem títulos protestados em cartórios e orientando que seja feito pagamento através de depósito bancário, sem o qual o (falso) protesto será efetivado.

O requinte do golpe decorre da tática dos fraudadores em reportar alguns dados corretos da empresa para, na sequência, declinar qual Tabelião onde título está protestado, todavia, declina um falso número de telefone para confirmação da existência dos débitos, número este que evidentemente não pertence ao verdadeiro cartório.

O objetivo dos fraudadores é que a vítima faça contato através do número fornecido, quando esta será atendida na verdade por um membro da quadrilha que assim confirmará os débitos inexistentes e informa o número de uma conta bancária em que deve ser efetuado o depósito para "limpar o nome" da vítima.

Portanto, a recomendação é que o empresário oriente seus funcionários a jamais repassar por telefone informações ou dados cadastrais da empresa, pois é esse tipo de material que servirá de base para o vigarista iniciar a tentativa de golpe.

De qualquer modo, ao se deparar com semelhante, a orientação é de que, sob nenhuma hipótese, seja efetuado qualquer tipo de depósito, devendo ser simplesmente desconsiderado o contato recebido por se tentativa de golpe, até porque tais procedimentos não são utilizados pelos verdadeiros Cartórios de Protesto, regularmente constituídos e operando sob as normas da Corregedoria Geral dos Cartórios, órgão integrante da estrutura do Tribunal de Justiça.

Vale dizer, o procedimento correto, segundo normas da Corregedoria Geral dos Cartórios, implica que ao receber um título para protesto, primeiramente o Tabelião o qualifica para apurar se o documento de dívida é verdadeiro e se as informações nele contidas são verídicas, atendo-se apenas aos aspectos formais.

Somente então o devedor é intimado, sempre através de carta registrada - com aviso de recebimento (AR), por edital ou por meio de mensageiro do próprio Tabelião, ou seja, jamais através de contato telefônico; fax ou e-mail.

Eventuais e raros telefonemas feitos pelo cartório têm apenas a finalidade de confirmar endereços para fazer chegar à intimação ao devedor. Se não houver pagamento da dívida dentro do prazo legal, o título é protestado.

Importante salientar que o pagamento de títulos apontados para protesto só pode ser realizado na própria sede do Cartório de Protesto, não podendo haver depósito bancário diretamente na conta do Tabelião.

### **b) O golpe da publicidade na lista telefônica:**

Trata-se de mais um "conto do vigário", ainda que travestido de prestação de serviço.

Este tipo de golpe começa quando a empresa vítima recebe algum contato por parte de uma empresa editora de listas telefônicas, as quais podem também se apresentar como agências de publicidade ou entidades filiadas de empresas de telefonia.

É quando são solicitados os dados cadastrais da empresa, sob a alegação de que serão necessários para publicação na tal lista telefônica, porém sempre antevendo que se trata de procedimento gratuito e sem ônus extras na conta do telefone da empresa.

Eventualmente o vigarista poderá solicitar também alguma informação particular de quem atender (números de documentos), alegando razões de segurança e confiabilidade das informações fornecidas.

Em alternativa eles pedem para enviar as tais informações por fax ou preenchendo e retornando um formulário que eles enviam também por fax, quando também solicitam que alguém assine para confirmar as informações.

Ocorre que passado algum tempo, invariavelmente chegará para a empresa vítima uma fatura da tal empresa, cobrando uma determinada importância (que eles inclusive costumam parcelar) por conta da inserção dos dados da empresa vítima em alguma lista telefônica ou anúncio publicitário.

É neste ponto que a vigarista começa a pressionar a vítima, no sentido de que se a empresa não pagar eles ameaçarão com protestos e cobrança judicial.

Na sequência, virão cobranças insistentes sob a alegação de que o valor é devido, pois foram contratados para incluir a empresa na tal lista ou para publicar os anúncios, que os dados da vítima foram informados voluntariamente por determinado funcionário e que existe contrato assinado para embasar tal cobrança.

Inclusive, já existe uma variação deste modo golpe, na qual o contato é feito diretamente por uma empresa de cobrança da tal lista telefônica e, quando questionados, os golpistas solicitam que seja assinado e enviado por fax um requerimento pré-formatado (pelos próprios vigaristas) para que possam ser fornecidas maiores informações ou documentos que comprovem a dívida.

Ocorre que neste documento existem cláusulas de admissão da dívida que, uma vez assinadas, serão executadas.

Também existem quadrilhas que, de posse de um exemplar da assinatura, simplesmente forjam documentos supostamente enviados por fax autorizando a tal publicação nas listas telefônica com conseqüente cobrança.

Enfim, para se prevenir desse tipo de golpe, a orientação é a mesma, ou seja, o empresário deve orientar seus prepostos no sentido de que jamais repassem informações restritas por telefone e que, toda e qualquer prestação de

serviço que porventura necessite ser contratada, obedeça a critérios de checagem e verificação prévia das informações e, se possível, sempre com a presença física de funcionário, devidamente identificado, da prestadora.

**Alexandre Gaiofato de Souza**, Advogado sócio do Gaiofato Advogados Associados; graduado pelas Faculdades Integradas de Guarulhos - FIG; pós-graduado em processo civil pela PUC/SP; MBA em direito da Economia e da empresa pela FGV/Ohio University; Membro da IV Turma do Tribunal de Ética da OAB/SP.

**Márcio Holanda Teixeira**, Advogado associado ao Gaiofato Advogados Associados; Bacharel em Direito pela Universidade Paulista em 1995; e Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Paulista em 2000.

#### Scams Applied In Companies by Gangs Of swindlers

In our daily activities, we have encountered, with increasing frequency, situations in which our clients involved and suddenly find themselves in the face of them, have doubts about how to proceed.

The situations we refer to relate to the coup attempts that some fraudsters, armed with some information obtained, seek to apply in enterprises when they do the crime under Article 171 of the Criminal Code (swindle).

The situations are the most diverse, however, comes in two specific scams being reported more frequently from time to here:

They are:

##### a) The coup faux protest:

In this mode, some gangs of robbers make contact with the company via phone, email or fax, and pose as employees of Notary Public Protest.

Basically, this fraud is to be held a series of telephone calls stating that there protested titles in notary offices and directing that payment be made through bank deposit, without which the (false) is effective protest.

The refinement of the strike stems from the tactics of fraudsters to report some of the company to correct data in sequence, which declined Notary where title is protested, however, decline a fake phone number to confirm the existence of debts, a figure which is clearly not belongs to the real office.

The goal of the fraudsters is that the victim to contact the number provided when it is actually answered by a member of the gang that just confirm the non-existent debts and reports the number of a bank account where the deposit should be made to "clean the name" of the victim.

Therefore, the recommendation is that the entrepreneurs coaches your employees to never pass on information or telephone registration data of the company as it is this type of material as the basis for the crook to start the coup attempt.

Anyway, when faced with similar orientation is that under no circumstances, be given any type of deposit, should simply be disregarded if the contact received by coup attempt, because such procedures are not used by real Notaries Protest regularly constituted and operating under the rules of the Internal Affairs Office of the Notary Public, member of the body structure of the Court.

In other words, the correct procedure, according to rules of Internal Affairs Office of Notaries, implies that the title to receive a protest, the first Notary

#### Golpes aplicados en las empresas por parte de bandas de Peculadores

En nuestras actividades diarias, nos hemos encontrado con mayor frecuencia, situaciones en que nuestros clientes participan y de repente se encuentran en la cara de ellos, tienen dudas sobre cómo proceder.

Las situaciones que se refieren a la relación con los intentos de golpe de que algunos artistas de la estafa, algunos armados con la información obtenida, tratar de aplicar en los negocios, cuando lo hacen el crimen en virtud del artículo 171 del Código Penal (Peculado).

Las situaciones son las más diversas, sin embargo, viene en dos tipos de estafas específicas que se informa con más frecuencia de vez en:

Ellos son:

##### a) El golpe falso de protesta:

En este modo, algunas pandillas de ladrones en contacto con la empresa a través del teléfono, correo electrónico o fax, y se hacen pasar por empleados de la protesta Notario Público.

Básicamente, este fraude se llevará a cabo una serie de llamadas telefónicas indicando que no protestaron los títulos de las notarías y la dirección de que el pago se realiza a través de depósito bancario, sin el cual la (falsa) es la protesta efectiva.

El refinamiento de la huelga se debe a las tácticas de los estafadores para informar de algunos de la empresa a corregir los datos en la secuencia, que se redujo Notario cuando el título se protesta, sin embargo, la pérdida de un número de teléfono falso para confirmar la existencia de deudas, una cifra que claramente no es pertenece a la oficina real.

El objetivo es que los estafadores deben hacer contacto con la víctima a través del número que aparece cuando en realidad es contestada por un miembro de la banda que acaba de confirmar las deudas inexistentes e informa del número de una cuenta bancaria donde debe ser el depósito efectuado para "limpiar el nombre" de la víctima.

Por lo tanto, la recomendación es que el empresario entrenador a sus empleados a no transmitir los datos de registro de información o el teléfono de la empresa, ya que es este tipo de material de base para la parte interior para iniciar el intento de golpe de Estado.

De todos modos, cuando se enfrentan con una orientación similar es que bajo ninguna circunstancia, dar cualquier tipo de depósito, simplemente debe tenerse en cuenta si el contacto recibido por el intento de golpe, ya que dichos procedimientos no son utilizados por los notarios reales protesta legítimamente

qualifies to determine if the document is true debt and the information contained herein is true, abiding only the formal aspects.

In other words, the correct procedure, according to rules of Internal Affairs Office of Notaries, implies that the title to receive a protest, the first Notary qualifies to determine if the document is true debt and the information contained herein is true, abiding only the formal aspects.

Only then the debtor is summoned, again through certified mail - return receipt (AR), by publication or by Notary's own messenger, or never by telephone, fax or e-mail.

Occasional and infrequent phone calls made by the office have only the purpose of confirming addresses to deliver the summons to the debtor. If no payment of the debt within the statutory period, the title is protested.

#### **b) The coup of advertising in the phone book:**

It is more a "confidence trick", though disguised as service provision.

This type of scam begins when the victim company receives any contact by a telephone book publishing company, which may also present as advertising agencies or entities affiliated phone companies.

It is required when the registration data of the company, alleging that will be required to publish such a list in the phone, but always anticipating that this procedure of free and without extra burden on the company's phone bill. Eventually the scammer may also request any private information of those who serve (document numbers), citing security and reliability of the information provided.

Or they ask to send such information by fax or by completing and returning a form that they also send by fax, when they also ask someone to sign to confirm the information.

It happens that after a while, invariably come to the company a victim of such an undertaking invoice, charging a certain amount (they also often asks partial) due to the inclusion of data from the victim in some company phone book or advertisement

This is where the con artist begins to press the victim, in the sense that if the company did not pay they threaten with protests and legal collection.

As a result, charges will come under the insistent claim that the amount is due, it hired the company to include in that list or to publish the ads, the data of the victim were reported voluntarily by individual employee and that there is a signed contract to support such charge.

Also, since there is a variation of this scam so, in which contact is made directly by a collection agency that the phone book and when questioned, the scammers request that is signed and faxed a request pre-formatted (by the fraudsters) so they can be provided further information or documents proving the debt.

It happens that there are clauses in this document for admission of the debt that, once signed, are executed.

There are also gangs, armed with a copy of the signature, simply forged documents purportedly faxed authorizing such public action lists telephone with subsequent recovery.

Finally, to prevent this type of scam, the orientation is the same, ie, the entrepreneur must instruct your agents in the sense that never pass on sensitive information by telephone and that any service provision needs that may be contracted meets criteria for prior checking and verification of information and, if possible, always with the physical presence of officials, properly identified, the provider.

**Alexandre Gaiofato de Souza**, Advocate Associate, graduated from the Faculty of Integrated Guarulhos - FIG, a graduate degree in civil PUC / SP, MBA in Law and Economics of the company FGV / Ohio University, member of the office Gaiofato Law Firm, Member Class IV of the Court of Ethics OAB / SP.

**Marcio Holland Teixeira**, an attorney with the Lawyers Associated Gaiofato; Bachelor of Law from University Paulista in 1995 and Postgraduate in Civil Procedural Law from University Paulista in 2000.

constituido y que operan bajo las reglas de la Oficina de Asuntos Internos de la Notario Público, miembro de la estructura de la carrocería de la Corte.

En otras palabras, el procedimiento correcto, de acuerdo con las reglas de la Oficina de Asuntos Internos del Notariado, implica que el título de recibir una protesta, el notario cumple las condiciones para determinar si el documento es la deuda real y la información aquí contenida es verdadera, duradera sólo los aspectos formales.

Sólo entonces el deudor es convocado, una vez más a través de correo certificado - acuse de recibo (AR), por la publicación o por mensajero propio notario, nunca o por teléfono, fax o correo electrónico.

Llamadas telefónicas ocasionales y poco frecuentes hechas por la oficina sólo tiene el propósito de confirmar las direcciones para entregar la citación al deudor. Si no pago de la deuda en el plazo reglamentario, el título se protesta.

Es importante señalar que el pago de bonos dirigidos a la protesta sólo se puede realizar en la sede de la Secretaría de la protesta no puede ser depositado directamente en la cuenta bancaria Notario.

#### **b) El golpe de la publicidad en la guía telefónica:**

Es más bien una "estafa", aunque disfrazado de prestación de servicios.

Este tipo de estafa comienza cuando la empresa víctima recibe cualquier tipo de contacto con una compañía telefónica la publicación de libros, que puede presentarse como agencias de publicidad también o entidades afiliadas las compañías telefónicas.

Es necesario cuando los datos de registro de la empresa, alegando que se debe publicar esa lista en el teléfono, pero previendo siempre que este procedimiento de forma gratuita y sin carga adicional en la factura telefónica de la compañía.

Eventualmente, el estafador también podrá solicitar la información privada de los que sirven (los números de documento), citando la seguridad y la fiabilidad de la información proporcionada.

O pedirle que envíe dicha información por fax o llenando y enviando un formulario que también se enviará por fax, cuando también se pide a alguien que firmar para confirmar la información.

Sucede que después de un tiempo se vienen a la víctima invariablemente compañía un proyecto de ley que la empresa, cobrando una importancia determinada (también pide a menudo parcial) debido a la inclusión de datos de un libro víctima teléfono de la empresa o la publicidad.

Aquí es donde el estafador empieza a presionar a la víctima, en el sentido de que si la empresa no pagó amenazan con protestas y cobranza judicial.

Como resultado, los cargos se incluirán en la reclamación insistente de que la cantidad se debe, se contrató a la empresa a incluir en la lista o para publicar los anuncios, los datos de la víctima se registraron voluntariamente por cada empleado y que no hay un contrato firmado para apoyar dicho cargo.

Además, dado que hay una variación de esta estafa que, en el que el contacto se hace directamente por una agencia de cobranza que la guía telefónica y cuando se les pregunta, los estafadores solicitar que sea firmado y enviado por fax una solicitud de pre-formateados (por los ladrones) por lo que se puede proporcionar información o documentos que acrediten la deuda.

Sucede que hay cláusulas de este documento para el ingreso de la deuda que, una vez firmado, se ejecutan.

También hay pandillas, armado con una copia de la firma, los documentos, simplemente forjadas, supuestamente enviada por fax autorizando la publicación de teléfono listas con recuperación posterior.

Finalmente, para evitar este tipo de estafa, la orientación es el mismo, es decir, el empresario debe instruir a sus agentes en el sentido de que nunca pasan de la información por teléfono y que las necesidades de prestación de servicios que pueden ser contratados criterios obedece control previo y verificación de la información y, si es posible, siempre con la presencia física de los funcionarios, debidamente identificados, el proveedor.

**Alexandre Gaiofato de Souza**, Abogado Asociado, egresado de la Facultad de Guarulhos integrada - figura, un título de postgrado en materia civil PUC / SP, MBA en Derecho y Economía de la empresa FGV / Universidad de Ohio, miembro de la firma Bufete Gaiofato, miembro clase IV del Tribunal de Ética de la OAB / SP.

**Márcio Holanda Teixeira**, Abogado asociados de Gaiofato Abogados Asociados, Licenciado en Derecho por la Universidad Paulista en 1995 y de Postgrado en Derecho Procesal Civil de la Universidad Paulista en 2000.

**Gaiofato Advogados Associados**

Rua General Flores, 290 – 17º andar – Bom Retiro – São Paulo – SP

Tel + 55 11 3337-7775

[www.gaiofato.com.br](http://www.gaiofato.com.br)